

## Ensaio

# Outcome harvesting sob perspectiva decolonial e afroreferenciada: Contribuições para processos participativos de monitoramento e avaliação

Outcome harvesting through a decolonial and afro-referenced lens: Contributions to participatory monitoring and evaluation

Ulisses Silva do Nascimento<sup>1\*</sup> 

<sup>1</sup>Oxfam Brasil, São Paulo, SP, Brasil

**COMO CITAR:** Nascimento U. S. (2026). Outcome harvesting sob perspectiva decolonial e afroreferenciada: Contribuições para processos participativos de monitoramento e avaliação. *Revista Brasileira de Avaliação*, 15(2 spe), e150926. <https://doi.org/10.4322/rbaval.202600352026>

## Resumo

Este ensaio discute como a colonialidade estrutura o campo de monitoramento e avaliação (M&A) e propõe a construção de uma abordagem decolonial a partir da adaptação crítica do método Outcome Harvesting (Colheita de Mudanças). Argumenta-se que métodos avaliativos não são neutros: refletem muitas vezes racionalidades e hierarquias originadas no Norte Global, reforçando desigualdades epistêmicas. Ao deslocar o foco para mudanças de comportamento identificadas e nomeadas pelos próprios atores sociais, o Outcome Harvesting abre espaço para narrativas e saberes marginalizados, permitindo que parâmetros de sucesso venham a emergir das comunidades, e não de estruturas hegemônicas. O texto apresenta as etapas do método, uma releitura decolonial e os desafios ético-políticos de operacionalizar avaliações centradas em vozes locais, sobretudo diante de tensões com financiadores e assimetrias de poder. Conclui-se que a decolonização do M&A exige práticas intencionais de redistribuição narrativa, escuta ativa e questionamento das estruturas que historicamente legitimaram apenas alguns modos de saber.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Monitoramento e avaliação. Outcome Harvesting. Métodos qualitativos. Comunidades.

## Abstract

This essay discusses how coloniality structures the field of monitoring and evaluation (M&E) and proposes the development of a decolonial approach through the critical adaptation of the Outcome Harvesting method. It argues that evaluative methods are not neutral; they often reflect rationalities and hierarchies rooted in the Global North, thereby reinforcing epistemic inequalities. By shifting the focus toward behavior changes identified and named by social actors themselves, Outcome Harvesting creates space for marginalized narratives and knowledges, allowing success parameters to emerge from within communities rather than from hegemonic structures. The paper presents the steps of the method, offers a decolonial reinterpretation of its application, and examines the ethical/political challenges of operationalizing evaluations centered on local voices, particularly in contexts marked by tensions with funders and power asymmetries. It concludes that the decolonization of M&E requires intentional practices of narrative redistribution, attentive listening, and critical questioning of the structures that have historically legitimized only certain ways of knowing.

**Keywords:** Decoloniality. Monitoring and evaluation. Outcome Harvesting. Qualitative methods. Communities.

## Introdução: métodos avaliativos e a colonialidade do campo de monitoramento e avaliação

O campo de monitoramento e avaliação (M&A) ainda se estrutura, em grande medida, a partir de uma lógica técnica. O uso de métodos, frequentemente associado a um posicionamento

Ulisses Silva do Nascimento, homem trans, negro, analista de Planejamento, Monitoramento e Avaliação na Oxfam Brasil

**Recebido:** 08/02/2026

**Aceito:** 14/04/2026

### Editora

Rayane Stephanie Gomes de Freitas

### \*Autor correspondente:

Ulisses Silva do Nascimento  
E-mail: [ulissesnascimento602@gmail.com](mailto:ulissesnascimento602@gmail.com)

**Instituição Parceira:** Parceiros do número especial



A RBAVAL apoia práticas editoriais comprometidas com a diversidade, a equidade e a inclusão na produção científica. Nesse sentido, solicita aos/às autores/as autodeclaração de cor/etnia e outros marcadores sociais relevantes para sua trajetória e representatividade. Nosso objetivo é tornar visível a pluralidade de experiências presentes nos artigos publicados. A publicação destes dados não é obrigatória, sendo divulgados de forma agregada anualmente.



em terceira pessoa, produz uma falsa sensação de neutralidade. Trata-se de um campo que se constitui no Norte Global, é por ele validado e, portanto, atravessado pela colonialidade (Firmiano & Póvoas, 2026).

Os métodos utilizados em processos de monitoramento e avaliação refletem, de forma inevitável, os valores, pressupostos e racionalidades dos atores e dos contextos nos quais foram concebidos. Um exemplo emblemático é o Marco Lógico, amplamente empregado no planejamento, monitoramento e avaliação de projetos. Esse método se ancora em uma lógica de planejamento empresarial e logístico típica do Norte Global dos anos de 1960, baseada na ideia de que os processos de mudança são relativamente previsíveis, compreensíveis e controláveis, e que podem ser conduzidos por meio de um projeto delimitado, geralmente sob o controle de uma única organização (Gasper, 1999). Reconhecer a inexistência de neutralidade é um ponto central para iniciar o debate em torno de novas práticas para o campo.

Contudo os métodos são importantes: eles conferem intencionalidade, coerência e legitimidade às ações, especialmente quando o objetivo é produzir conhecimento, orientar decisões ou justificar escolhas. Além disso, os métodos contribuem para a transparência dos processos e tornam possível o debate crítico sobre os resultados alcançados.

É a partir desse entendimento que se propõe discutir aspectos decoloniais para o monitoramento e a avaliação a partir de um método específico: o *Outcome Harvesting* (Colheita de Mudanças)<sup>1</sup>. Essa escolha delimita o eixo central da proposta, ao articular a crítica à colonialidade do campo com a aplicação prática de um método avaliativo. Ao deslocar o debate da abstração teórica para o plano metodológico, busca-se demonstrar como a decolonialidade pode ser operacionalizada nos processos concretos de monitoramento e avaliação.

Para tanto, serão abordados os conceitos de colonialidade e decolonialidade, a apresentação do método em si, uma releitura de sua aplicação a partir de uma perspectiva decolonial, bem como os desafios implicados e os equilíbrios necessários entre os diferentes interesses em jogo.

### **Colonialidade, poder e disputas de narrativa: bases para o debate**

Quando olhamos para a forma como a sociedade em que vivemos hoje nas Américas se estruturou, encontramos como ponto central o processo de colonização e, com ele, uma forma colonial de distribuição do poder. Aníbal Quijano (2005) descreve como o colonialismo não se encerrou com os processos de independência formal das colônias. Ele deixou como legado um modo de organizar o mundo que permanece até hoje: a colonialidade do poder. Esse sistema passou a organizar quem e onde teria acesso ao capital e à renda oriunda do trabalho, funcionando como fio condutor para o controle das formas de trabalho, de seus recursos e de seus produtos.

O trabalho assalariado livre concentrou-se nos países centrais, especialmente na Europa, enquanto formas de trabalho escravizado, servil, forçado, informal e extrativista foram empurradas para as colônias e ex-colônias, como a América Latina, a África e partes da Ásia. A raça constituiu-se como categoria básica para a produção desse controle, relegando populações indígenas e negras às posições mais precarizadas no mundo do trabalho.

Outro aspecto importante diz respeito às ferramentas utilizadas para a efetivação da colonização. Quijano aponta que esse processo se deu também por meio da dominação simbólica, cognitiva e subjetiva dos grupos dominados. Houve a expropriação dos povos colonizados, especialmente de seus conhecimentos e práticas culturais mais aptos ao desenvolvimento do capitalismo, em benefício do centro europeu. Paralelamente, ocorreu a repressão das formas de produção de conhecimento dos colonizados, incluindo seus

<sup>1</sup> Ao longo do texto, serão utilizadas as terminologias em inglês, seguidas de uma tradução sugerida ou explicação do seu significado. Embora aparentemente exista uma tradução oficial dos termos do método para o português, até o momento da escrita deste ensaio não foi possível acessar esse material.



padrões de sentido, universos simbólicos, formas de expressão e modos de objetivação da subjetividade, variando conforme o contexto colonial. Somou-se a isso a imposição de um aprendizado parcial da cultura dos dominadores, restrito ao que era funcional à reprodução da dominação, tanto no campo material e tecnológico quanto no campo subjetivo, em especial no religioso. Assim, ao falar de colonialidade, trata-se tanto de dimensões materiais quanto subjetivas, sobretudo no que diz respeito a povos racializados; e, ao pensar estratégias decoloniais, as respostas precisam necessariamente atravessar essas mesmas esferas.

No pensamento decolonial proposto por Lélia Gonzalez (1988) destaca-se o papel central do racismo na introdução, nos povos colonizados, da ideia de “superioridade” do colonizador. Esse racismo pode operar de forma aberta ou velada, mas ambas as estratégias convergem para os mesmos fins: opressão e exploração.

Na contemporaneidade, o racismo se apresenta de forma enraizada e naturalizada nas instituições e nas relações sociais. Grada Kilomba (2019), ao descrever o racismo cotidiano, explicita o paralelo com a lógica colonial ao afirmar que o sujeito racializado é olhado, lhe é dirigida a palavra, ele é agredido, ferido e, por fim, aprisionado em fantasias brancas sobre o que deveria ser. Em linguagem colonial-militar, esse processo pode ser traduzido como descoberta, invasão, ataque, subjugação e ocupação.

Dado que o racismo se constitui como um dos principais organizadores das instituições no período pós-colonial, povos racializados nas Américas vivenciam sistemas estruturados para subalternizar seus corpos. Nesse sentido, Gonzalez (1988) propõe que olhemos para as experiências e os conhecimentos forjados nessas vivências, apresentando o conceito de amefricanidade, um sistema etnogeográfico que expressa o encontro entre América e África. Ao cunhar esse conceito, a autora propõe um caminho decolonial centrado na autoidentificação. Enquanto o modelo colonial relega pessoas não brancas e não europeias à condição de “outro” ou de sujeitos primitivos, Gonzalez (1988) propõe colocá-las no centro, reconhecendo a produção de subjetividades e conhecimentos construídos a partir das experiências históricas e da diáspora africana nas Américas. Um dos pilares da decolonialidade, nesse sentido, é centralizar o pensamento de sujeitos historicamente dissidentes.

Nêgo Bispo (Santos, 2023) aprofunda essa reflexão ao destacar a centralidade das narrativas na definição das relações de poder. Quem detém o poder de definir quais palavras, quais termos e qual tom são considerados legítimos para comunicar uma ideia também afirma sua superioridade sobre aqueles que precisam se adaptar. Sua proposta de decolonização (que no caso trabalha o conceito de contracolonial) passa por enfraquecer as palavras do colonizador e fortalecer os termos e conceitos produzidos pelos povos colonizados.

Quando trazemos essas reflexões para o campo do monitoramento e da avaliação, torna-se evidente que todas essas dimensões estão em jogo. A própria existência de projetos e a necessidade de monitorá-los e avaliá-los já os colocam como mediadores das formas pelas quais essas relações de poder se materializam. As escolhas metodológicas: métodos, indicadores, fontes de informação, temporalidades e formas de apresentação dos resultados; demarcam posições políticas e epistemológicas. Essas escolhas podem tanto reforçar estruturas de dominação e opressão quanto abrir espaço para que outras vozes, saberes e narrativas emergjam.

### ***Outcome Harvesting: o método***

No âmbito prático do monitoramento e da avaliação, os métodos constituem a espinha dorsal do processo, pois permitem que todos os atores envolvidos se orientem a partir de um formato específico e, com isso, saibam o que esperar e o que demandar. Nesse sentido, discutir a decolonialidade a partir de um método pavimenta o caminho para tornar esse enfoque cada vez mais viável na atuação de profissionais de M&A. Nessa linha, o *Outcome Harvesting* (Colheita de Mudanças) é um método que, quando desenhado da forma como proposta nesse ensaio, pode se constituir em uma ferramenta potente para a descolonização da avaliação de projetos. A seguir, discute-se o método em si e, em seguida, a proposta decolonial para sua aplicação.



Como definido por Ricardo Wilson-Grau (2018, p. 1) seu principal autor:

[...] o conceito central do Outcome Harvesting é que um outcome (mudança) consiste em uma mudança observável no comportamento de indivíduos, grupos, comunidades, organizações ou instituições. Essas mudanças de comportamento são compreendidas de forma ampla e incluem ações, atividades, relações, agendas, políticas e práticas de um ou mais atores sociais influenciados por uma intervenção.

Ou seja, o método desloca a ótica de análise para as mudanças de comportamento que o projeto buscou influenciar.

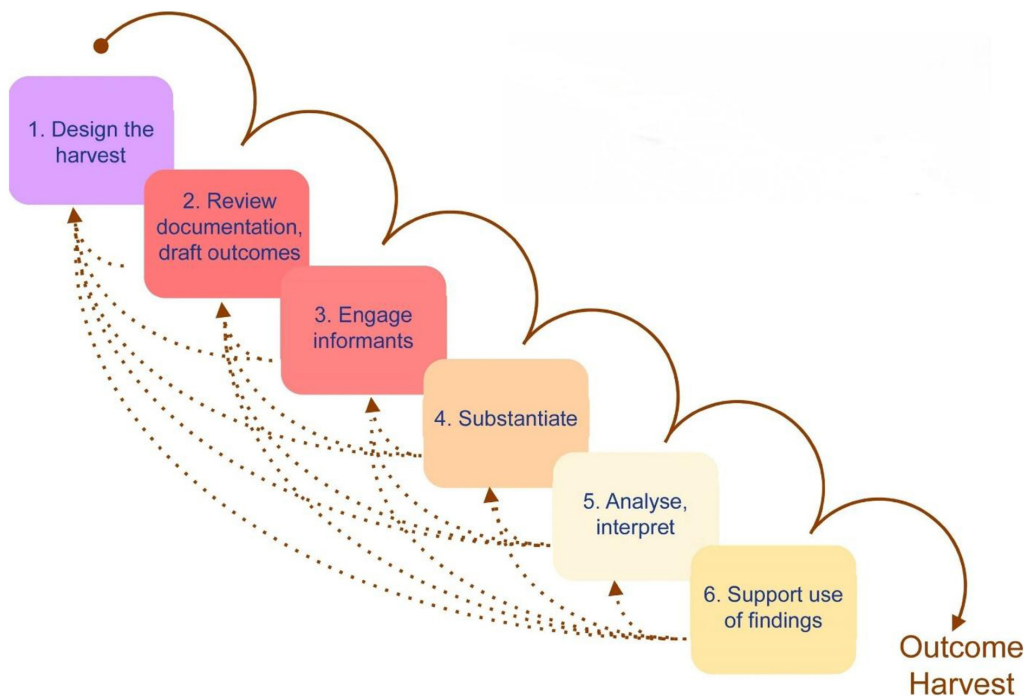
Uma mudança pode ser positiva ou negativa, esperada ou inesperada, mas deve sempre permitir o estabelecimento de uma relação causal plausível entre as ações do projeto e a mudança observada.

É justamente aí que reside seu principal potencial decolonial: por deslocar para os atores sociais a lente a partir da qual o sucesso é medido. Esse aspecto será explorado com mais profundidade adiante; por ora, é importante compreender as etapas que estruturam a aplicação do método.

### Etapas para aplicação do Outcome Harvesting

Como proposto por seus autores, o *outcome harvesting* (colheita de mudanças) é organizada em seis etapas (Figura 1). Como método interativo e participativo, essas etapas se complementam mutuamente e não devem ser compreendidas como uma sequência rígida, mas como um processo dinâmico, em certa medida cíclico.

Ela se inicia com o planejamento da colheita de mudanças (etapa 1), no qual são definidos os papéis envolvidos no processo. Os *harvesters* facilitam a identificação e a formulação dos *outcomes*; os *change agents* são aqueles que contribuiriam ativamente para que as mudanças acontecessem; os *social actors* correspondem aos indivíduos, grupos, comunidades, organizações ou instituições cujo comportamento se transformou a partir da intervenção;



**Figura 1.** Etapas do Outcome Harvesting: (1) planejamento da colheita de mudanças; (2) revisão de documentos e elaboração de rascunhos de *outcomes*; (3) engajamento de informantes-chave; (4) comprovação dos *outcomes*; (5) análise e interpretação; e (6) apoio ao uso dos achados e à aprendizagem

**Fonte:** Outcome Harvesting. (2026).



e os *harvest users* são as pessoas que utilizarão os achados para orientar decisões e ações, como gestores, equipes de projeto ou parceiros.

Em seguida, quando disponíveis, documentos como relatórios, atas, avaliações e materiais de comunicação são revisados para identificar indícios preliminares de mudanças e elaborar rascunhos de possíveis *outcome statements* (etapa 2). Esses rascunhos ajudam a engajar atores-chave e a aprofundar a análise. Na ausência de documentação, o processo pode avançar diretamente para a escuta de fontes humanas.

O engajamento de pessoas que detêm informações relevantes sobre o contexto da intervenção é central para a formulação dos *outcomes* (etapa 3). A partir de perguntas como quem mudou e de que forma a intervenção influenciou essas mudanças, são coletadas evidências por meio de métodos flexíveis, como entrevistas, grupos focais, oficinas, questionários ou trocas por e-mail. O foco permanece sempre em mudanças de comportamento observáveis às quais a intervenção contribuiu.

Os *outcomes* identificados passam então por um processo de comprovação, no qual fontes independentes ou documentos adicionais são mobilizados para verificar e aprofundar a compreensão das mudanças descritas (etapa 4). O nível de evidência considerado suficiente depende do uso que será feito das informações, seja para monitoramento, aprendizagem ou avaliação.

Na etapa de análise e interpretação, os *outcomes* são organizados e categorizados para dar sentido às transformações observadas, permitindo identificar padrões, atores influenciados, estratégias que funcionaram bem e aquelas que não produziram os efeitos esperados (etapa 5). Por fim, o processo se orienta para o uso e a aprendizagem, conectando os achados às perguntas que motivaram a colheita e utilizando os aprendizados para informar decisões e ajustes futuros na intervenção (etapa 6).

No *Outcome Harvesting*, a atenção se volta para as mudanças que efetivamente se manifestam ao longo da intervenção, sem restringir a análise àquilo que foi previamente definido como objetivo. O foco está em compreender de que maneira as ações desenvolvidas contribuíram para esses resultados, reconhecendo trajetórias não lineares e efeitos inesperados. Nesse arranjo, a avaliação deixa de ocupar um papel centrado na emissão de juízos externos e passa a apoiar processos coletivos de interpretação, nos quais avaliadores e equipes de implementação constroem conjuntamente evidências sobre as transformações observadas.

Essa orientação para a aprendizagem faz com que a metodologia ofereça suporte tanto ao monitoramento quanto à avaliação. Ao longo da implementação do projeto, é possível realizar coletas contínuas de dados, correlacionando as mudanças observadas com as atividades e *outputs* da intervenção, ao mesmo tempo em que se criam oportunidades para que os usuários aprendam a partir das informações produzidas. O método também gera insumos relevantes para avaliações externas ou auditorias, sem que isso implique restringir a análise aos objetivos definidos no início do projeto.

A aplicação do *Outcome Harvesting* como ferramenta de monitoramento e avaliação foi observada em experiências práticas, como as analisadas por Abboud & Claussen (2016)<sup>2</sup>, nas quais se evidenciou a criação de condições concretas para a escuta das vozes das comunidades ao partir das mudanças percebidas e nomeadas pelos próprios atores envolvidos. Em vez de impor categorias externas de análise, o método se estrutura a partir do diálogo com implementadores e parceiros locais, reconhecendo suas experiências práticas como fonte legítima de conhecimento sobre o que mudou, para quem e de que maneira. Essa abordagem favoreceu a emergência de narrativas locais e ampliou a capacidade de aprender a partir das mudanças coletadas.

<sup>2</sup> Para observar um exemplo de aplicação prática das etapas e do percurso metodológico aqui descritos, recomenda-se a leitura integral deste trabalho.



## Uma proposta decolonial de aplicação para o *Outcome Harvesting*

Um processo de monitoramento e avaliação que se proponha decolonial precisa necessariamente passar pelo redesenho das ferramentas e das práticas avaliativas, colocando as comunidades no centro e partindo do entendimento de que elas não são homogêneas (Firmiano & Póvoas, 2026).

Para incorporar uma perspectiva decolonial em processos de monitoramento e avaliação de projetos sociais, o primeiro movimento é refletir sobre quem são as pessoas que compõem o contexto e a esfera de atuação do projeto. Um bom planejamento já pode oferecer insumos importantes para essa reflexão, por meio, por exemplo, de uma análise de conjuntura que permita compreender o território e suas dinâmicas.

É necessário também compreender que aplicar esse enfoque não significa apenas transferir mais poder para iniciativas locais, mas questionar a própria estrutura de poder que define qual narrativa será legitimada. Colocar no centro os saberes produzidos nas comunidades implica reconhecê-los como conhecimentos válidos e legítimos no interior da narrativa avaliativa do projeto.

Olhando de forma mais direta para a metodologia do *Outcome Harvesting*, a mudança de comportamento como parâmetro definidor de *outcome* oferece um primeiro ponto de ancoragem para uma leitura decolonial. Isso significa, intencionalmente, atentar para mudanças que sinalizem avanços nas relações de poder. O que as comunidades são capazes de produzir em defesa de seus próprios interesses? Como populações informadas sobre seus direitos promovem mudanças? Quais mudanças foram produzidas e de que maneira? Esse olhar precisa atravessar todo o processo de *Outcome Harvesting*, do planejamento à entrega final, orientando a compreensão e a valorização dessas vozes a partir de uma perspectiva decolonial.

Ao considerar a etapa 3, de engajamento de pessoas que detêm informações relevantes sobre o contexto da intervenção, surgem perguntas centrais: quem serão esses informantes? Quais vozes serão responsáveis por materializar as narrativas que compõem os *outcomes*? Nesse ponto, é fundamental reconhecer que as comunidades não são homogêneas e que marcadores como raça, gênero, classe, sexualidade e capacidades atravessam de maneiras distintas os indivíduos, mesmo dentro de um mesmo território. Diversificar os atores envolvidos nessa etapa, incluindo pessoas que conheçam profundamente o contexto a partir de diferentes posições sociais, constitui uma prática importante.

Sob uma perspectiva decolonial, como defendido por Nego Bispo (Santos, 2023) subverter as hierarquias construídas entre narrativas dominantes e narrativas subalternizadas torna-se central. Todo processo avaliativo é atravessado por vieses, especialmente aqueles relacionados às formas de ver e interpretar a realidade. Em lógicas coloniais, o viés do grupo dominante tende a ser tratado como neutro ou universal, enquanto as perspectivas dos grupos dominados são frequentemente deslegitimadas, romantizadas ou classificadas como místicas. Romper com essa lógica implica reconhecer as narrativas das comunidades atendidas pelo projeto como centrais no processo avaliativo, o que dialoga com as ideias de Grada Kilomba (2019) e Lélia Gonzalez (1988). Afinal, quem conhece melhor o contexto senão esses grupos? Esse é, talvez, o ponto de maior potência dessa abordagem aplicada ao *Outcome Harvesting*, pois é na definição de quem fala que se estabelece também quais mundos, afetos, temporalidades e perspectivas serão reconhecidos como legítimos.

O próximo aspecto que destaco diz respeito à etapa 5, na qual os *outcomes* são organizados e categorizados para dar sentido às transformações observadas. Mais do que uma leitura das mudanças em nível individual, trata-se da construção de uma narrativa mais ampla de mudança, tornada possível a partir da implementação do projeto. Nesse momento, o ponto de vista decolonial é fundamental para orientar a análise.

Torna-se necessário deslocar o foco de validação dos resultados. Em vez de verificar se as mudanças correspondem a objetivos previamente estabelecidos em projetos ou marcos lógicos, o interesse passa a ser compreender como as próprias comunidades reinterpretem, recriem e reterritorializam essas mudanças em diálogo com seus referenciais de saber-fazer,



cuidado, memória e resistência. Nesse deslocamento, o “sucesso” deixa de ser um parâmetro externo e passa a ser definido a partir da perspectiva da própria comunidade.

Avançando para a etapa 6, é no campo da aprendizagem que se cria a possibilidade de avançar de forma mais consistente na decolonização dos processos de monitoramento e avaliação. É fundamental cuidar da retenção do que foi aprendido, de modo a construir projetos cada vez mais alinhados a essa lógica. Esse movimento permite que a aprendizagem a partir do projeto inclua os saberes produzidos nas comunidades. Contribui para a reflexão sobre como enriquecer as práticas de monitoramento para além das ferramentas moldadas por racionalidades hegemônicas, reconhecidamente coloniais. Assim, constrói-se uma espécie de biblioteca de conhecimento institucional voltada para um fazer decolonial da avaliação, que se retroalimenta ao longo do tempo.

Com isso, torna-se evidente a potência proposta do *Outcome Harvesting* como metodologia capaz de sustentar um uso decolonial da avaliação, ao possibilitar que os próprios parâmetros de sucesso de um projeto emergjam da comunidade. Ao definir as mudanças, ou seja, os impactos da intervenção, a partir da observação nas mudanças de comportamentos, abre-se mão do controle e permite-se que outras lógicas se desenhem. Quando a decolonialidade é compreendida não apenas como a transferência de poder para as comunidades, mas como o questionamento das próprias estruturas de poder, abrir mão do controle em um processo avaliativo e centralizar as comunidades constitui, em si, uma prática decolonial.

### Riscos e cuidados na operacionalização de uma avaliação decolonial

Um dos principais riscos a se considerar diz respeito aos interesses envolvidos na realização de um projeto. Em estruturas nas quais doadores financiam iniciativas implementadas em comunidades por meio de OSCs locais, há o perigo de que vozes e perspectivas comunitárias sejam progressivamente apagadas, não por exclusão explícita, mas pelo processo de adequação dos discursos às linguagens, categorias e formatos exigidos pelos financiadores.

Mesmo em contextos nos quais se propõe o deslocamento dos parâmetros de sucesso para as mudanças observadas nas comunidades, pode-se incorrer na mesma lógica: ajustar narrativas locais para que elas ‘caibam’ em referenciais externos. O próprio monitoramento e avaliação, enquanto área, está submetido a essas relações de poder, e esse talvez seja o ponto mais desafiador dessa proposta: conciliar interesses distintos no interior da execução de um projeto. Na tentativa de mediação, corre-se o risco de reproduzir a lógica que se pretende questionar.

Outro aspecto relevante é o chamado ‘complexo de inferioridade’ (Gonzalez, 1988) produzido historicamente pelas relações sociais vivenciadas pelas comunidades. Esse elemento atravessa diretamente as práticas de monitoramento e avaliação, criando a necessidade de um cuidado intencional na construção desses espaços. Trata-se de criar condições para que as pessoas se sintam legitimadas e fortalecidas para nomear, compartilhar e afirmar seus próprios conhecimentos, experiências e interpretações sobre as mudanças vividas.

Com esses riscos em vista, o desafio passa a ser enfrentá-los de forma intencional. Reconhecer as relações de poder que atravessam o monitoramento e a avaliação permite criar processos mais atentos às assimetrias, capazes de proteger as narrativas locais e manter as comunidades no centro. Não se trata de eliminar tensões, mas de lidar com elas de modo consciente, sem reproduzir as mesmas lógicas que se busca questionar.

### Conclusão

A incorporação de uma perspectiva decolonial ao monitoramento e à avaliação, tomando o *Outcome Harvesting* como eixo metodológico, revela que a transformação do campo não se limita à adoção de novas técnicas, mas exige um deslocamento profundo nas formas de produzir e legitimar conhecimento. Ao recentrar as comunidades como protagonistas da definição do que conta como mudança, rompe-se com a lógica colonial que historicamente atribuiu às instituições externas o poder de nomear, interpretar e validar suas experiências.



Esse movimento não elimina as tensões inerentes às relações entre financiadores, implementadores e populações atendidas, mas cria brechas para que outras racionalidades possam disputar espaço dentro dos processos avaliativos. Trata-se, em última instância, de uma prática política: a de reconhecer que os métodos não são neutros, que carregam projetos de mundo, e que podem, quando desenhados de forma intencional, contribuir para o fortalecimento de narrativas e epistemologias historicamente marginalizadas. Ao permitir que o sucesso de uma intervenção emergja das vozes que vivenciam diretamente seus efeitos, o *Outcome Harvesting* se apresenta como ferramenta promissora para um fazer avaliativo comprometido com uma visão decolonial de redistribuição de poder e afirmação de saberes plurais. Assim, avançar rumo a avaliações decoloniais não é apenas uma opção metodológica, mas um convite à revisão ética e política das práticas de M&A, abrindo caminhos para processos verdadeiramente orientados pela escuta, pelo diálogo e pela construção compartilhada de sentido.

### **Autorreflexão do autor**

Enquanto sujeito ativo nesse campo, meus acúmulos empíricos e práticos orientam diretamente as escolhas que faço. Apenas reconhecer a importância de uma abordagem decolonial e antirracista não é suficiente; todo o modo de operar precisa estar informado por essas perspectivas para que isso se materialize.

Assim, para a escrita deste ensaio, escolhi como referencial central autores negros e decoloniais que tratam os sujeitos negros não como meras vítimas da sociedade, mas como agentes centrais de transformação. O desafio foi transpor essas ideias para o contexto avaliativo; como estratégia, optei por traduzi-las em orientações práticas aplicadas ao método, de modo a oferecer ao leitor uma articulação entre teoria e aplicação e, assim, fortalecer a incorporação dessas práticas.

### **Fonte de financiamento**

Não há.

### **Conflito de interesse**

Não há.

### **Declaração de usos de IA e/ou tecnologias assistidas por IA**

Durante a preparação deste trabalho, utilizei a ferramenta de inteligência artificial Chat GPT (versão disponível em 2026) exclusivamente para apoio em revisão textual. O levantamento de referenciais teóricos, a formulação das ideias, a construção argumentativa e todo o conteúdo conceitual do ensaio foram integralmente desenvolvidos pelo autor. Após o uso da ferramenta, revisei e editei o material produzido, assegurando sua conformidade com os princípios de rigor científico. Assumo total responsabilidade pelo conteúdo desta publicação.

### **Referências**

- Abboud, Robert, & Claussen, Caroline. (2016). The use of outcome harvesting in learning-oriented and collaborative inquiry approaches to evaluation: An example from Calgary, Alberta. *Evaluation and Program Planning*, 59, 47-54. <http://dx.doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2016.08.005>
- Firmiano, Mariana, & Póvoas, Gabriel Pereira. (2026). *Decolonialidade em avaliações* (BPC Papers, Vol. 13, No. 1). BRICS Policy Center/PUC Rio.
- Gasper, Desmond. (1999). *Evaluating the "Logical Framework Approach": Towards learning-oriented development evaluation* (ISS Working Paper Series, No. 303). International Institute of Social Studies. Recuperado em 11 de maio de 2025, de <http://hdl.handle.net/1765/19048>
- Gonzalez, Lélia. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, 69-82.
- Kilomba, Grada. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (Jess Oliveira, Trad.). Cobogó. (Trabalho original publicado em 2008).



Outcome Harvesting. (2026). About outcome harvesting. Recuperado em 11 de maio de 2025, de <https://www.outcomeharvesting.net/about-oh>

Quijano, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Edgardo Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 117-142). CLACSO.

Santos, Antônio Bispo dos. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora.

Wilson-Grau, Ricardo. (2018). *Outcome harvesting: Principles, steps, and evaluation applications*. Information Age Publishing.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.